

Fixar Estrutural sai mais barato

Implementar projeto de urbanização na favela custará R\$ 10 milhões, menos do que promover remoção dos invasores

GUILHERME QUEIROZ

Caso prevaleça a recomendação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-Rima) pela "urbanização planejada" da Vila Estrutural, o GDF terá de desembolsar mais de R\$ 10 milhões na regularização da invasão. O valor é uma estimativa dos custos da realocação de 800 famílias para lotes sem impedimentos legais e da construção das redes de abastecimento e coletoras de esgoto para serem executados no prazo de seis meses.

Conforme antecipou, ontem, o JB, a urbanização planejada é o cenário, entre três analisados no estudo, considerado o mais viável. Nos R\$ 10 milhões, estão incluídos ainda a execução de cinco programas de controle e recuperação ambiental da área do Aterro Sanitário (Lixão). Juntos, somam R\$ 391.960 por ano, em um programa global que deve durar 24 meses.

A remoção total das 6,2 mil residências, o outro cenário considerado plausível, representaria um custo superior a R\$ 16 milhões. No montante, não estão incluídos os custos da recuperação ambiental da área ocupada nem os planos de drenagem pluvial que seriam implementados em uma nova localidade. Em ambos os cenários, caberá aos 25 mil moradores custear a construção das próprias casas.

As alternativas para regularização da Vila Estrutural foram apresentadas, ontem à tarde, na audiência pública de divulgação do EIA-Rima, no Gi-



José Paulo Lacerda/Ag. Pixel

DEPUTADOS Odilon Aires e Pastor Jorge, à frente da secretária Ivelise Longhi, ontem na audiência

násio de Esportes do Cruzeiro. Durante uma hora, técnicos da Progea, empresa responsável pela elaboração do estudo, expôs as conclusões a cerca de 2 mil moradores da Estrutural, a autoridades do GDF e representantes da sociedade civil.

A proposta de se regularizar a Estrutural mediante o cumprimento de condicionantes agradou aos moradores. A possibilidade de serem removidos para outro local ou de permanecer no assentamento nas condições atuais foram rechaçadas com vaías. Quanto à desativação do Lixão, no prazo proposto de dois anos, a proposta foi acolhida de braços abertos.

Para que os parâmetros estabelecidos pelo EIA-Rima pos-

sam ser usados pelo GDF, o estudo tem de passar pelo crivo de técnicos do Ibama e da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que vão elaborar, até meados de maio, parecer técnico sobre a aplicação das recomendações. Para o coordenador do EIA-Rima, Antônio Valério, a desativação do Lixão deve ocorrer independentemente da regularização da Estrutural.

— Aquilo é uma bomba biológica pronta para explodir. É uma situação insustentável — afirma Valério.

As tensões entre ambientalistas, moradores e GDF quanto ao futuro da Estrutural ficaram evidentes depois que os presentes puderam expor suas opi-

niões. César Victor do Espírito Santo, do Fórum de ONGs Ambientais do DF, opinou que a assistência dada pelo GDF à população de baixa renda é incorreta. Os moradores se indignaram e passaram a xingá-lo.

O morador da Estrutural Raimundo Rocha aproveitou seus dois minutos para ironizar César Victor. Ele leu uma nota das ONGs que criticam a ocupação da Estrutural e conclui para o risco do local se tornar mais um gueto no DF.

— Gueto? Gueto tem que ser a casa deles que têm filhos que estudam em escolas caras e não conhecem a realidade da Estrutural — rebateu, sob o aplausos.

guilherme.queiroz@jb.com.br

Veto às novas cidades

José Paulo Lacerda/Ag. Pixel



IVELISE descarta aprovação a cidade propostas por Zé Edmar

Se depender do deputado distrital José Edmar (PMDB), os bairros Crixá e Nacional, previstos na Lei Complementar 401/01, de sua autoria, saem do papel e se consolidam como novos assentamentos para a população de baixa renda de São Sebastião. Mas os planos podem ficar apenas na intenção. A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi, deixa avisado: se houver adensamentos urbanos nos locais, eles serão removidos pela fiscalização.

Conforme informou domingo a coluna **Informe DF**, pessoas ligadas ao deputado, entre elas um funcionário de seu gabinete, estariam mobilizando moradores de São Sebastião a pedir a implementação da lei. No início do mês, houve uma manifestação pedindo a criação dos bairros para atender supostas carências habitacionais.

O problema na implementação do Crixá e do Nacional é que ela contraria o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Na lei, que estabelece os parâmetros para uso e ocupação do solo, a área onde se situam os bairros é classificada como "zona rural de uso controlado". Ou seja, não pode ser destinada ao uso de moradias. Além disso, os bairros estão na Área de Preservação Ambiental (APA) do São Bartolomeu, e precisariam ser licenciados, previamente, pelo Ibama.

O deputado distrital José Edmar discorda. Ele argumenta que a criação dos bairros virou motivo de discussões políticas e que, se a lei contivesse alguma ilegalidade, "o governador jamais a teria assinado".

— Vergonha seria não assentar essas pessoas lá. Tenho certeza de que a área será uma nova (Vila) Estrutural: uma conquista do povo — rebate o deputado, referindo-se à possível regularização da Vila Estrutural.

Ivelise afirma que não há, atualmente, ocupações nas áreas previstas para o Crixá e o Nacional. Avisa, entretanto, que se houver não reatuará em acionar o Serviço Integrado de Vigilância do Solo (Siv-Solo) para providenciar a remoção.

— Não podemos deixar que novas invasões aconteçam no DF — garante a secretária Ivelise Longhi. (GQ)